

V!RUS

Revista do Nomads.usp
Nomads.usp Journal
ISSN 2175- 974X

desenhando coexistencia | designing coexistence | sem 2-10

Como citar esse texto: MILAGRES, L.; KAPP, S.; BALTAZAR, A. P. A produção do espaço cotidiano de uso público. **V!RUS**, São Carlos, n.4, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus04/?sec=4&item=7&lang=pt>>. Acesso em: dd mm aa.

A produção do espaço cotidiano de uso público

Lígia Milagres, Silke Kapp, Ana Paula Baltazar

Lígia Milagres é Arquiteta e Pesquisadora do Grupo Morar de Outras Maneiras (MOM-UFMG).

Silke Kapp é Arquiteta, Doutora e Mestre em Filosofia, Professora Adjunta da Universidade Federal de Minas Gerais e Coordenadora do Grupo Morar de Outras Maneiras (MOM-UFMG).

Ana Paula Baltazar é Arquiteta, Doutora em Arquitetura e Ambientes Virtuais e Mestre em Arquitetura. Professora Adjunta da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais e Pesquisadora do Grupo Morar de Outras Maneiras (MOM-UFMG).

Resumo

Esse artigo é um excerto da Dissertação de Mestrado da autora, sobre a produção do espaço cotidiano de uso público. Ao invés de considerar os espaços públicos em geral, em seu sentido histórico ou institucional, procura-se investigar os espaços restantes, quando os terrenos privados e fechados são subtraídos. São as calçadas, ruas, canteiros centrais de vias principais, pequenos parques de bairros, espaços residuais e outros espaços abertos que podem ser ocupados ou mesmo fisicamente transformados pelos moradores da vizinhança. Contudo, como o planejamento urbano normalmente prioriza a circulação de carros, mercadorias e pessoas, essa possibilidade é limitada e raramente explorada. Para estruturar a discussão sobre o envolvimento das pessoas com a produção de tais espaços, esse artigo descreve um caso específico em Belo Horizonte – umas das maiores cidades brasileiras. É o

caso de um trecho interrompido de rua que está abandonado, localizado em um bairro de classe média-alta. Para testar o grau de envolvimento ou passividade dos vizinhos, foi adotada uma tática de distribuir panfletos direcionando as pessoas a um blog criado para discutir o que se fazer com esse espaço público. O artigo descreve as evidências, levantadas pelas discussões no blog, quanto à passividade cotidiana e à habitual delegação de decisões sobre espaços públicos para terceiros. Nossas descobertas estruturam uma discussão sobre um urbanismo alternativo que baseia-se em ferramentas com as quais as pessoas deveriam se engajar na produção de espaços públicos.

Palavras-chave: espaços públicos, produção coletiva, envolvimento

1. Espaço público especializado e espaço público cotidiano

Em se tratando do tema da revista, *desenhar coexistência* é necessário ir além da discussão que considera apenas a apropriação dos espaços públicos, avançando para um debate sobre a sua produção coletiva. Ou seja, é importante que uma reflexão crítica sobre os espaços públicos não se restrinja àqueles projetados por especialistas, mas se dirija aos espaços passíveis de produção coletiva na escala microlocal, isto é, na escala da moradia e de seu entorno urbano imediato. Para tanto, buscamos investigar uma situação urbana em que há condições para o desenho coletivo, no cotidiano, de tal coexistência, compreendida aqui como a prática política de discussão e transformação dos espaços.

Em lugar de abordar os espaços públicos genericamente, recorrendo ao sentido institucional e formal do grande equipamento público, importa investigar o uso de tudo aquilo que resta quando se subtraem do espaço cotidiano o lote privado e o condomínio fechado: são as calçadas, as ruas, os canteiros centrais das avenidas, as pequenas praças de bairro, os resquícios de empreendimentos passados e quaisquer outros espaços livres. Eles podem ser ocupados de muitas formas, mais ou menos espontâneas, mais ou menos organizadas: para encontros, festas, esportes, comércio ou ócio; esporádica ou rotineiramente; em empreendimentos de algumas horas ou de meses; com usos que dispensam a transformação física ou que, pelo contrário, a exigem.

No entanto, essas possibilidades de ocupação e transformação são pouco exploradas no contexto de um planejamento urbano que prioriza a circulação de carros, mercadorias e pessoas, e no contexto de um parcelamento do solo feito quase sempre à revelia da qualidade do espaço público que une as parcelas. O resultado tem sido, por um lado, praças e equipamentos projetados por especialistas, mas não apropriados e zelados pelos moradores e, por outro lado, o descaso com o logradouro público no entorno da moradia.

Tal padrão de ocupação, que se repete mesmo nas áreas autoproduzidas da cidade, se conjuga perfeitamente bem com uma gestão centralizada. Juntas, a lógica do lote privado e a lógica da

gestão centralizada interdita o engajamento das pessoas no espaço público cotidiano. Há inúmeros bairros e vizinhanças onde os moradores ignoram ou negligenciam por completo a possibilidade de intervir, considerando que seria tarefa da prefeitura cuidar de tudo o que não é propriedade privada. Mas, por outro lado e apesar de todas as interdições, também há locais onde os moradores tomam a iniciativa e se empenham em melhorias.

Essa variação do nível de engajamento da população deve ser considerada no debate sobre a produção dos espaços públicos. Certamente não se pode tomar o engajamento por pressuposto, mas nem tampouco o não-engajamento. O que está em jogo não é somente o uso, nem muito menos a adesão popular a um uso predefinido por um plano ou projeto, mas a prática do direito à cidade como propõe David Harvey (2008), além da liberdade individual de acesso aos recursos urbanos, ou, dito de outro modo, o exercício de decisão e ação direta sobre o espaço urbano da coexistência cotidiana.

O comportamento das pessoas em relação aos espaços não especializados, isto é, não desenhados por especialistas e sem programa de usos predefinidos, são amostras concretas do grau de engajamento com o espaço urbano presente no entorno da moradia. Esse engajamento consiste na capacidade de organização, discussão e transformação autônoma e coletiva dos espaços e é condicionado pelas características de cada contexto, variando do grau mínimo [os espaços são ignorados] ao máximo [a comunidade do entorno se apropria dos espaços, não só cuidando, mas propondo e executando intervenções]. Para informar essa discussão foram observados espaços localizados em áreas residenciais de Belo Horizonte. A cidade tem características da maioria das grandes metrópoles brasileiras: seus logradouros públicos privilegiam as pistas de rolamento em detrimento das calçadas, gerando áreas públicas que nada mais são do que resíduos territoriais ermos e inóspitos. Como o objetivo é compreender o que está por trás de um quadro no qual o desengajamento parece ser regra, buscamos investigar inicialmente um exemplo do caso mais comum: aquele em que o grau de engajamento é baixo.

2. Engajamento [quase] zero

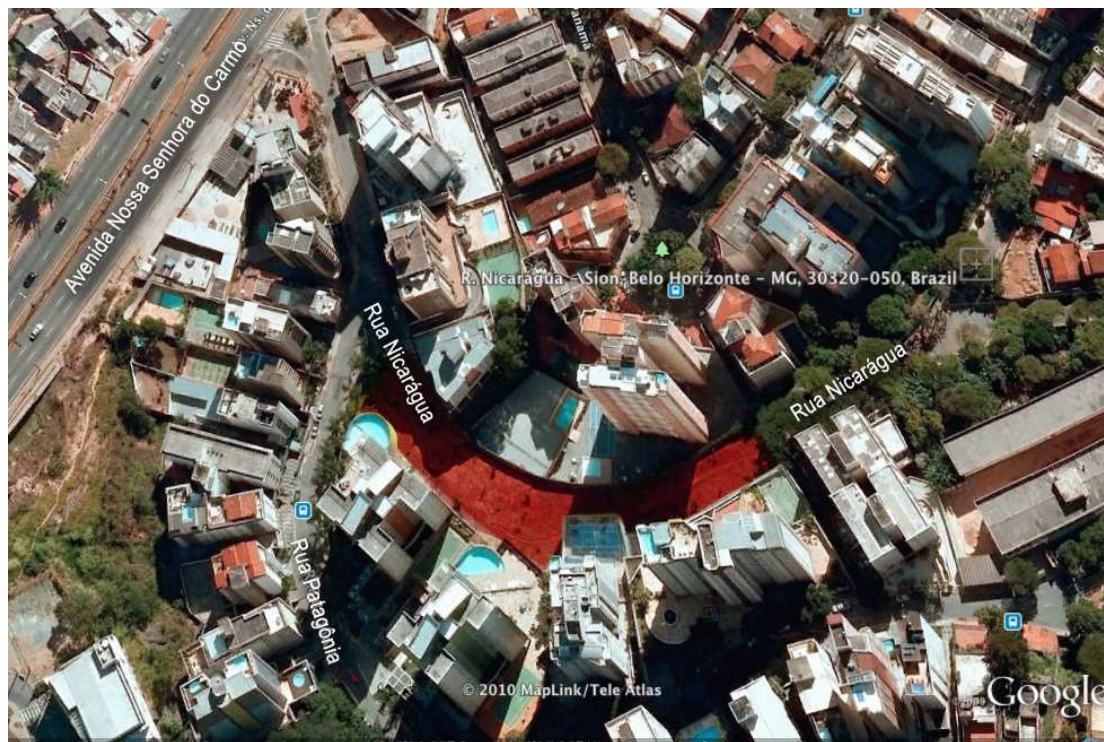


Figura 1: Vista aérea do trecho não urbanizado da Rua Nicarágua [área colorida em vermelho]. Fonte: Google Earth.

Encontramos um exemplo típico do grau mais baixo de engajamento num bairro de classe média-alta da Região Sul de Belo Horizonte. Trata-se de um trecho não urbanizado da Rua Nicarágua, fruto de um erro no projeto geométrico do arruamento que gerou um desnível em relação à malha viária adjacente e impediu a conexão com essa malha. A área é circundada por prédios, ou melhor, pelas palafitas que os sustentam e os nivelam em relação às ruas próximas. Assim, nenhum dos prédios tem acesso direto à área em questão, o que contribui significativamente para o seu abandono pelos moradores. O espaço não é cuidado senão pela Superintendência de Limpeza Urbana, que o capina mensalmente. E não é usado, exceto por alguns transeuntes que o aproveitam como atalho e, segundo o depoimento dos vizinhos, por jovens em práticas supostamente ilícitas. Essa relativa falta de atividade gera um ambiente vulnerável e intimidador, cujas possibilidades de convivência e vitalidade não são vislumbradas pelos moradores. Assim, uma área que poderia conformar um espaço público positivo, regendo a implantação das edificações tal como num *cluster*¹, é apenas espaço negativo, resíduo da implantação ensimesmada dos prédios vizinhos.

¹ Christopher Alexander defende a disposição em *cluster* [cacho ou agrupamento] contra a disposição convencional das moradias em *grid* [malha hipodâmica]. Ver **The production of houses** (1985), especialmente o capítulo "The collective design of common land".



Figura 2: Encontro de uma das partes da Rua Nicarágua com o trecho não urbanizado. Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Como a rua Nicarágua faz parte de um bairro de moradias de classe média-alta, os motivos *estruturais* do aparente desinteresse por ela podem parecer óbvios: quem dispõe de facilidades e prazeres no espaço privado não se importa com a qualidade do espaço público. No entanto, isso ainda não explica como a situação é incorporada pelos moradores no dia-a-dia, isto é, como a percebem pessoalmente. Para confirmar ou desmentir o desinteresse e para compreender a ausência de iniciativas de uso ou transformação, recorreremos a uma tentativa de mobilização por meio da distribuição de um panfleto na vizinhança². (Figura 03 e 04).

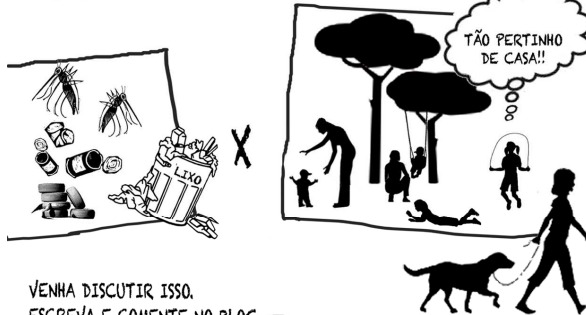
² O grupo MOM vem usando panfletos como tática de mobilização para discutir a produção do espaço, inspirados nos panfletos distribuídos pelas *Suffragettes* no início do século que, além de veicular ideias, tinham objetivo político explícito. **A panfletar: panfletos para discutir a produção do espaço.** Disponível em <<http://www.mom.arq.ufmg.br/>>.

VOCÊ USA O PEDAÇO VERDE DA



JÁ PENSOU ALGUMA COISA SOBRE ESSE ESPAÇO PÚBLICO NO MEIO DOS PRÉDIOS?

RUA NICARÁGUA?



VENHA DISCUTIR ISSO. ESCREVA E COMENTE NO BLOG

<http://ruanicaragua.blogspot.com>



Figura 3: Panfleto. Fonte: Arquivo pessoal da autora.



Figura 4: Camuflagem dos panfletos. Fonte: Arquivo pessoal da autora.

O panfleto incluiu um convite para a participação num *blog* criado para essa finalidade, já que apesar da falta de hábito dos vizinhos de se encontrarem para debater problemas comuns, eles se enquadram no perfil de usuários de *internet* e redes sociais. Com perguntas como "Você usa o pedaço verde da rua Nicarágua?" e imagens que remetem ao abandono real e a alguns usos potenciais, o panfleto deveria dar visibilidade ao local e instigar os moradores a discutirem o assunto. Para tanto, houve o cuidado na elaboração do conteúdo, para que as imagens não induzissem essa ou aquela proposta.

Foram distribuídos 400 panfletos nos prédios próximos à Rua Nicarágua. Contrariando a prática panfletária mais comum de distribuição na rua sem maiores formalidades, foi necessário camuflar os panfletos em envelopes, para que os porteiros dos prédios não questionassem sua procedência e de fato os encaminhassem aos apartamentos. Mesmo nos poucos prédios sem porteiro, os panfletos foram envelopados e endereçados a cada apartamento, para aumentar a chance de os moradores lhes darem alguma atenção. Outros 100 panfletos foram depositados, sem envelopes, em caixas de correio de residências unifamiliares e nos balcões da lanchonete e da padaria da região.



Figura 5: Blog de discussão sobre a Rua Nicarágua. Fonte: <<http://ruanicaragua.blogspot.com/>>.

As reações no *blog* totalizaram 14 postagens durante os 11 dias após a panfletagem. Como havia sido criado um colaborador denominado "morador", com *e-mail* e senha abertos para que qualquer pessoa pudesse postar contribuições sem necessariamente se identificar, a grande maioria se manifestou anonimamente. Dentre o grupo dos anônimos, o tom predominante foi de medo, reclamação sobre os impostos e reivindicação ao poder público, demonstrando que os participantes vêem a Rua Nicarágua como um problema a ser resolvido

por uma instância externa. Também freqüente foi a referência, por vezes extremamente preconceituosa, aos moradores de uma favela próxima e à necessidade de policiamento para mantê-los afastados.

[...] temos um terreno baldio onde o lixo e os viciados em droga tomaram conta. Gostaria que o final da rua fosse transformado em uma praça pública com um posto policial; pois foi aberto um atalho que dá em frente ao Morro do Papagaio. (*Blog Rua Nicarágua, 28/07/2010*)

É uma vergonha a prefeitura ciente do problema não tomar nenhuma atitude [...] nós pagamos um IPTU elevado e não temos os serviços que são obrigação do estado. Sou a favor de uma praça com uma guarita de policiais no local. Pagamos alto por viver nesta zona daí podemos cobrar o que é devido. (*Blog Rua Nicarágua, 29/07/2010*)

Isso pra mim é uma vergonha, VERGONHA. Espero que façam alguma coisa a respeito, já que pagamos e esperamos resultados. Os EUA cobram 6% de imposto e fazem tudo para a sociedade, aqui cobram mais de 60% e não conseguem esticar o braço. (*Blog Rua Nicarágua, 28/07/2010*)

[...] não é nada fácil viver ao lado desse propício ninho de marginais. Acho que deveria haver um parque com uma travessia decente [...] Claro, tudo isso com uma guarita PERMANENTE da Polícia Militar, afinal dessa favela ao lado... ninguém pode esperar muita coisa boa, né?? Espero que nossas "preces" sejam ouvidas, pois o imposto, nós pagamos!!! Abraços e parabéns pela iniciativa do blog! (*Blog Rua Nicarágua, 25/07/2010*)

Alguns participantes do *blog* pareciam pressupor a existência de uma ação previamente definida e comandada por uma instituição ou empresa, à maneira das pesquisas de mercado ou daquelas campanhas publicitárias que anunciam o produto apenas depois de uma fase preparatória de suspense. Nesses casos, os participantes julgaram que deveriam se posicionar contra ou a favor, mesmo sem conhecer o conteúdo da suposta "obra".

Queríamos dar total apoio a obra que ira acontecer na rua Nicarágua [...] Estamos a favor. (*Blog Rua Nicarágua, 25/07/2010*)

Diante dessas postagens, muito focadas na reivindicação ou no apoio passivo, fizemos uma interferência no *blog* para sugerir a possibilidade da intervenção pelos próprios moradores:

Será que a gente não consegue pensar aqui em ações que estão ao nosso alcance para começar a melhorar a rua? Fui lá outro dia e vi que alguém plantou mudas perto da estrutura do prédio... (*Blog Rua Nicarágua, 27/07/2010*)

Depois desse comentário, a perspectiva mudou ligeiramente. Alguns moradores demonstraram uma atitude mais propositiva e, curiosamente, passaram a se identificar.

Bem, a postura típica brasileira de esperar por iniciativa governamental resulta, quase sempre, em decepção. Assim, considerando nosso contexto, a pró-atividade comunitária poderia render mais frutos. (*Blog Rua Nicarágua, 28/07/2010*)

Pois é, um dos principais mecanismos para se desmarginalizar um recinto, é o seu uso. Imagino que se houvesse arborização, passeio, brinquedos, quadras, aparelho de ginástica [para alongamentos, barras, etc. como na praça JK] e as pessoas frequentassem o local, nem de guarita precisaria. (*Blog Rua Nicarágua, 25/07/2010*)

Também acredito que se o espaço for usado pela vizinhança, ele deixaria de ser ermo e perigoso, sem precisar de guarita. Além disso, muitas janelas são voltadas para a rua Nicarágua, já é um espaço fácil de tomar conta. (*Blog Rua Nicarágua, 29/07/2010*)

Seria maravilhoso contar com um espaço verde, que com certeza só acrescentaria ao nosso bairro. Topo entrar nesse movimento. Vamos nos mobilizar e ver se esse prefeito está realmente preocupado e voltado a tornar nossa cidade mais agradável. (*Blog Rua Nicarágua, 29/07/2010*)

Esse último comentário evidencia, no entanto, que, mesmo entre os participantes com disposição para agir, não predomina a perspectiva de intervenções diretas no espaço em questão, mas a de pressão sobre instâncias externas supostamente responsáveis por ele.

Se conseguíssemos desenhar um esboço da re-urbanização do local, ou algo assim, poderíamos elaborar um projeto com o qual pleitearíamos recursos para o desenvolvimento de um projeto executivo e para a sua implementação. Como? Acho que é totalmente factível conseguir recursos advindos de compensação ambiental/social de empreendimentos minerários, por exemplo. No entanto, seria necessário, antes de mais nada, a criação de uma entidade jurídica que representasse a comunidade e que desse legitimidade e credibilidade para eventuais tentativas de prospecção de recursos.

Acredito que o caminho é buscar o auxílio de algum político que representa o bairro, ou entidades públicas [que cuidam de parques na região metropolitana] para desenvolver um projeto "verde" e de sinalização para o local. E muito cuidado para não deixar transformarem a passagem em uma rua para automóveis, ou em um local de bagunça nos finais de semana. (*Blog Rua Nicarágua, 28/07/2010*)

O *blog* foi usado pelos moradores como um meio para emitir posicionamentos de forma cômoda, o que fica claro pelo fato de a grande maioria dos comentários serem anônimos. Durante os dias de discussão no *blog*, não houve nenhuma ação concreta no espaço, nem mesmo aumentou o número de transeuntes. Ou seja, o *blog* não foi usado como meio para estruturar ações no espaço, mas abriu um canal de discussão e troca de informações que não existia. Pudemos constatar que os moradores não são inteiramente indiferentes ao tema, embora suas inquietudes também não sejam suficientemente fortes para superar o hábito de delegar as decisões sobre o espaço público a terceiros.

O caso da Rua Nicarágua não é exceção, mas, pelo contrário, indica com relativa clareza como a lógica mencionada no início [imóvel privado + gestão centralizada do espaço público] é incorporada pelos indivíduos. Pressupõe-se a funcionalização do logradouro público e sua consequente compartimentação em espaços especializados, seja para o lazer, seja para a circulação monótona de pedestres e ou de carros apressados. Assim, o contato dos moradores com a rua também tende a ser meramente funcional. Como queria Le Corbusier, a rua é usada apenas para circular. O que está do outro lado da divisa parece não interessar o suficiente para despertar ações ou mesmo discussões sobre o seu uso. É praxe apoiar [verbalmente] a implantação de uma obra de melhoria pela prefeitura, mas o interesse dificilmente vai além do fato de ela valorizar o imóvel particular.

Nos bairros, na escala do cotidiano, essa funcionalização poderia ser subvertida localmente pela vizinhança, a partir da apropriação de áreas que, por lapsos de planejamento ou gestão, ainda não foram etiquetadas. Diferentemente da produção agenciada por um grupo externo, que costuma gerar espaços ociosos, a produção coletiva local com alguma autonomia é mais ágil e direta, podendo propiciar ambientes organicamente atrelados aos moradores. Locais como o trecho verde da Rua Nicarágua têm dimensões e um tipo de inserção que favoreceria intervenções pelo próprio público ao qual ele pertence, isto é, os habitantes da vizinhança. De fato, a Rua Nicarágua necessitaria de poucos incrementos para ser freqüentada no dia-a-dia. Ela dispensa projetos complexos e até mesmo o aval de órgãos municipais, pois não há problemas geotécnicos, e iluminação e drenagem estão instalados.



Figura 6: Lixo espalhado pela área verde. Fonte: Arquivo pessoal da autora.



Figura 7: Área quase plana com poucas árvores plantadas. Fonte: Arquivo pessoal da autora.



Figura 8: Poste de iluminação e palafitas de um dos prédios que dão as costas para o trecho. Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Como já mencionado, fizemos uma inserção no *blog* da Rua Nicarágua para lembrar que existem ações ao alcance dos moradores, que não demandam muito dinheiro, nem a ajuda de uma instância externa. No entanto, prevaleceu o entendimento de que se deveria recorrer a

um especialista, fazer um projeto de re-urbanização e, com a ajuda de algum político, pleitear a implantação pela administração pública. Consultamos, então, a Regional Centro-Sul, órgão da Prefeitura de Belo Horizonte responsável pelo bairro³. Seus técnicos consideram que o trecho necessita de uma grande e morosa intervenção. Eles recomendam que os moradores façam um convênio com a Prefeitura ou se alinhem com algum político para conseguir que a “grande obra” seja priorizada no orçamento municipal. Em outras palavras, os entraves a uma ação dos moradores num espaço público que lhes diz respeito direta e cotidianamente são duplos. O poder público assume a posição heróica de atender a todas as demandas em quaisquer escalas [coisa que obviamente nunca acontece de fato] e os cidadãos, quando muito, se engajam na reivindicação desse atendimento.

O pressuposto de que o espaço público é de responsabilidade de uma instância externa faz com que a segurança do local também seja abordada predominantemente pela via da heteronomia. Uma das contribuições acima citadas atentou para a possibilidade de vigilância espontânea pela vizinhança, já que muitas janelas estão voltadas para a Rua Nicarágua. Mas a maioria dos participantes aderiu à proposta de instalação de uma guarita da Polícia Militar, que garanta a segregação da favela próxima, sempre vista como ameaça. Nesse sentido, a opinião mais difundida parece coincidir com a “Teoria dos Espaços Defensáveis”, criada por Oscar Newman na década de 1970, que prega um desenho urbano policialesco, sem “tocaias”, para que os cidadãos considerados de bem estejam a salvo das ações dos delinquentes.⁴ Acredita-se que um desenho urbano adequado, com a funcionalização dos espaços e a distribuição minuciosa das atividades, facilite a vigilância e o controle dos espaços por parte dos vizinhos. É cultivada uma visão paranóica na qual os transeuntes são tratados como intrusos, bandidos em potencial. Nesse modelo, as pessoas que caminham a pé pela cidade, além de enfrentarem diariamente espaços ermos, são submetidas ao julgamento de vizinhanças hostis. Um desenho urbano como esse é muito diferente de um espaço urbano produzido e cuidado por vizinhos do entorno, que pode também ser usufruído pelos transeuntes.

Ao contrário de uma configuração “disneyficada”, cujo objetivo é a proteção da propriedade privada e dos interesses individuais, Alexander (1985) propõe que os espaços comuns a um grupo de moradias tenham seu layout e conformação determinados pelas famílias e não por um agente externo. Além disso, no lugar de uma configuração específica, ele defende a produção coletiva do arranjo formado por espaços privados e espaços urbanos. Seria pertinente refletir sobre o que ele chama de “desenho coletivo do espaço comum” [*the collective design of common land*] em relação aos ambientes urbanos consolidados, sem perder de vista de que não se trata da proteção da propriedade privada ou de um espaço pertencente a um grupo, mas da atuação sobre um determinado espaço urbano por parte dos moradores do entorno que decidem por cuidar e usar, improvisando melhorias. No contexto

³ Informação de um técnico da Administração Regional Centro-sul, obtida em entrevista por telefone realizada por Lígia Milagres.

⁴ Uma versão brasileira ainda mais policialesca dessa teoria pode ser conferida em **A prevenção do crime através do desenho urbano**, de autoria do Coronel Bondaruk.

em questão é raro encontrar ações engajadas nessa direção, pois grande parte das pessoas entende que o espaço pertence ao poder público e é de sua responsabilidade.

A falta de hábito de negociar e discutir o espaço urbano cotidiano faz com que a burocratização dos procedimentos para a sua melhoria seja assimilada sem questionamento. Ou seja, a institucionalização é assimilada nas ações cotidianas e engessa as possibilidades de contribuição autônoma dos indivíduos ou pequenos grupos. Inicialmente, os panfletos cumpriram o papel de fazer com que moradores se lembrassem do espaço público e pensassem sobre ele, no entanto, ficou claro que é necessário um instrumento catalisador de ações colaborativas e uma plataforma que possa mantê-las continuamente.

3. Abrindo a caixa de ferramentas

Ivan Illich aponta, já na década de 1970, que seria preciso reaprender a usar e a criar as chamadas "ferramentas de convivialidade" [*tools for conviviality*], para facilitar a colaboração entre indivíduos e grupos primários, sem uma instância centralizadora que lhes ditasse o que fazer. Illich entende por ferramenta não só objetos mas as próprias organizações, institucionais ou não, como associações de bairro e a escola, por exemplo. Ferramentas de convivialidade são aquelas disponíveis para serem manipuladas, usadas e transformadas por qualquer pessoa, sendo de fácil apreensão, não pretendendo exclusividade ou monopólio e não criando dependência ou heteronomia estrutural. Num sentido análogo, embora menos otimista, Michel de Certeau (1994) traz a distinção entre tática e estratégia da prática militar para as ciências sociais. Enquanto a estratégia equivale ao grande plano e pressupõe uma posição de poder com certa visão de totalidade [por mais distorcida ou equivocada que ela seja], a tática é o procedimento que tira proveito da ocasião, do imprevisto local, da contingência, da circunstância particular.

Pode-se dizer que a tática está para a estratégia, como o cotidiano está para o institucional, ou, inversamente, que a ação institucionalizada tende a demandar estratégias, enquanto a ação cotidiana demanda táticas, mais imediatamente relacionadas a uma situação específica, cujas peculiaridades escapam à visão panorâmica dos estrategistas, e que é passível de alterações contínuas. Portanto, também é na escala local, ou microlocal como preferimos enfatizar, que a retomada de "ferramentas de convivialidade" seria possível como alternativa à produção heterônoma do espaço cotidiano; moradores de lugares como a rua Nicarágua podem se organizar em torno de um problema comum, reinventando as ferramentas que têm em mãos. Isso é possível porque nenhuma função urbana de grande escala depende daquele espaço; ele não é imprescindível como acesso ou articulação viária, não importa nem exporta impactos ambientais significativos e não atende à população para além da vizinhança. Existem muitos casos semelhantes na cidade, cujas melhorias poderiam ser agenciadas pelos moradores sem passar por processos dos quais esses moradores não têm controle.

Ora, se os instrumentos disponíveis estão institucionalizados e inseridos numa cadeia burocrática, é preciso imaginar outros, consonantes com a escala microlocal, que facilitem o acesso à informação e à comunicação, potencializando práticas colaborativas autônomas entre os moradores.

Por enquanto, a possibilidade de ação não foi tomada seriamente no caso da Rua Nicarágua, mas, não só neste caso como também em outros contextos, a experiência inicial dos panfletos e do *blog* poderia se desdobrar no uso de instrumentos voltados para a realização de transformações do espaço. Os panfletos poderiam, por exemplo, veicular dicas de cultivo de hortas e jardins, de técnicas variadas para a construção mobiliário e equipamentos ou mesmo informações sobre cuidados com a drenagem e pavimentação. O meio digital, poderia funcionar não só como fórum de discussão, mas também como uma plataforma para a troca e coleção de experiências, podendo contar com a participação de pessoas de outras partes da cidade. Ou seja, uma vez inicialmente organizados em torno da situação, os moradores poderiam manejar as ferramentas de acordo com seus interesses.

Não propomos, contudo, a presença de um mediador [seja institucional ou mesmo um líder da comunidade] constantemente interferindo ou iniciando os chamados processos participativos nos quais a população interessada vota numa dentre uma gama restrita de propostas. Vislumbramos, sim, o desenvolvimento e a difusão de "ferramentas de convivialidade" que funcionem como interfaces capazes de incentivar o engajamento das pessoas na produção coletiva dos espaços (BALTAZAR; KAPP, 2010). Independente da boa vontade de um mediador institucional ou líder comunitário, tais ferramentas devem ser capazes de mediar o acesso à informação e meios de produção da população imediatamente interessada na produção social dos espaços passíveis de uso coletivo.

Se a informação e meios de produção, até então tratados como pertencentes a especialistas, forem disponibilizados e manipulados por qualquer um que esteja interessado em transformar determinado espaço, o quadro atual de impotência e negligência da população em relação ao ambiente urbano poderia ser revertido paulatinamente. O fato de os próprios moradores atuarem coletivamente no entorno imediato de suas casas, eles mesmos desenhando seus espaços de coexistência, poderia amortecer as fronteiras entre público e privado, transformando espaços inóspitos e sem dono em espaços incrementados de acordo com interesses coletivos.

Referências

ALEXANDER, C.; DAVIS, H.; MARTINEZ, J.; CORNER, D. The collective design of common land. In _____. **The Production of Houses**. Oxford University Press, NY, 1985.

BALTAZAR, A. P.; KAPP, S. Against determination, beyond mediation. In: KOSSAK, F.; PETRESCU, D.; SCHNEIDER, T.; TYSZCUK, R.; WALKER, S. (org.). **Agency: working with uncertain architectures**. Abingdon: Routledge, 2010.

BONDARUK, R. L. **A prevenção do crime através do desenho urbano**. Curitiba: Edição do autor, 2007.

CERTEAU, M. Artes de fazer. In____. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

HARVEY, D. The right to the City. **New Left Review**, nº 53, setembro-outubro, 2008, s.p. Disponível em: <<http://www.newleftreview.org/?view=2740>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

ILLICH, I. **Tools for conviviality**, 1973. Disponível em: <<http://opencollector.org/history/homebrew/tools.html>>. Acesso em: 09 mai. 2010.

NEWMAN, O. **Defensible spaces: crime prevention through urban design**. London: MacMillan, 1972.

NEWMAN, O. **Creating defensible spaces**, 1996. Disponível em: <<http://www.huduser.org/portal/publications/pubasst/defensib.html>>. Acesso em: 24 ago. 2010.

MOM (Morar de Outras Maneiras). **A panfletar: panfletos para discutir a produção do espaço**. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/12_panfletos/panfletar.htm>. Acesso em: 12 jun. 2010.